

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI – DE AGUAÍ (SP) REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2024

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (16/05/2024), às quatorze horas (14h), foi realizada uma reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Aguaí (SP), no prédio do CRAS, sob a presidência da Sra. Taís Alessandra Sbrissa Lourenço, com a participação dos membros do conselho. A ILPI - Comunidade São Vicente de Paulo iniciou a reunião informando que todas as documentações faltantes para a inscrição da OSC no CMDPI foram entregues, visando obter a certificação até o final deste ano. Após os esclarecimentos, houve votação, e a certificação foi aprovada por unanimidade com 06 votos favoráveis. A equipe da ILPI solicitou que a próxima reunião ordinária seja realizada no espaço da entidade, para possibilitar aos conselheiros uma visita e o conhecimento das mudanças que estão ocorrendo. Informaram também sobre a recente mudança de gestora e a perda de alguns convênios, incluindo o suporte da cozinha piloto. Durante a análise documental, foi observado que o acordo com a prefeitura previa 50 vagas pela Assistência Social. A OSC justificou que não havia comunicado as dificuldades enfrentadas por receio de penalidades. Buscando melhorias e adequação da instituição, a equipe da ILPI solicitou o suporte do conselho para a inscrição de um projeto na Renovias e questionou a possibilidade de outros projetos. Foi informado que há possibilidade de participação no momento através do Edital de Chamamento Público, em fase de produção, no qual seus projetos podem ser incluídos. Durante a reunião, foram lembrados os eixos de obras e reformas, além do eixo de recreação para pessoas idosas, sugerido pelo grupo de idosos participantes do SCFV – Badi. A Sra. Taís, representante do CRAS, relatou a situação da OSC Badi e a prestação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), esclarecendo o objetivo do serviço público do SCFV. Foi destacado que, conforme ofício enviado à OSC Badi, há necessidade de desvinculação de pessoas idosas que não possuem perfil para o SCFV. Essa necessidade já havia sido mencionada em reuniões anteriores, mas agora foi formalizada por ofício, juntamente com uma lista de famílias com demandas para o serviço, que deverão ser incluídas. Caso sejam identificadas mudanças negativas na situação de alguma família, a OSC pode informar o CRAS, que realizará nova avaliação e, se necessário, permitirá que a família permaneça no serviço. Foi esclarecido que o processo de desvinculação pode ser gradativo, mas deve ser iniciado simultaneamente para todos os indicados. A OSC solicitou um prazo de 45 dias para reavaliar seu público, o que foi concedido. Durante a reunião, foi questionado se haveria outros serviços disponíveis para o público da OSC Badi. Foram mencionados o Setor de Esportes - Celtra, o Fundo Social de Solidariedade, grupos comunitários privados, serviços de saúde mental, e outros serviços públicos. Contudo, foi ressaltado que este conselho não tem competência para realizar serviços de outros setores, como grupos de apoio, esportes, recreação, ou terapias ocupacionais. A Sra. Taís reiterou que, sendo políticas públicas financiadas com verba governamental, é necessário evitar entendimentos errôneos sobre o desvio do objetivo do serviço contratado ou favoritismo. O parecer técnico foi encaminhado ao órgão gestor e à OSC, com a orientação de que, caso as adequações não sejam realizadas, o Ministério Público e demais órgãos fiscalizadores serão acionados. Diante da resistência da população, foi

sugerido que as pessoas continuem participando do espaço do Badi em outro grupo e horário, sem ocupar as vagas custeadas pela Assistência Social. O Sr. Silvio ("Tatu"), do setor de Esportes, exemplificou que, devido à alta demanda, está organizando um novo grupo para atender outro público em dias e horários diferentes. Ficou acordado que o CMDPI enviará um ofício à OSC Badi sugerindo que criem projetos com outros objetivos para serem contemplados no Edital de Chamamento Público, enquanto trabalham no processo de desvinculação. Por fim, a presidente informou que o Edital de Chamamento Público precisa de correções e solicitou o apoio dos conselheiros, que se prontificaram a ajudar. Sem mais, a reunião foi encerrada.

Taís A. S. Lourenço

Taís Alessandra Sbrissa Lourenço
Presidente do CMDPI